

# **Autoridades debatem Código Ambiental Brasileiro no sul do Estado**

O Projeto de Lei 5367/2009, que institui o Código Ambiental Brasileiro, foi o tema do debate realizado em Criciúma na última semana pela Associação Catarinense dos Engenheiros Agrimensores (ACEAG) e a Associação Comercial e Industrial de Criciúma (ACIC). O projeto da Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA) foi protocolado em junho de 2009. O relator da Comissão Especial que discute a reformulação da legislação, deputado federal Aldo Rebelo, apresentou o relatório final na segunda-feira (08.06), na Câmara dos Deputados, em Brasília. A reunião teve que ser suspensa devido a protestos de alguns ambientalistas e parlamentares.

Participaram do debate o Deputado Federal Eng. Agr. Valdir Colatto, o Eng. Agr. Raul Zucatto, Presidente do CREA-SC; o Ativista Socioambiental Tadeu Santos, Coordenador Geral dos Sócios da Natureza, ONG Conselheira do CONAMA pela Região Sul e o Eng. Agrim. Hércio Ramos de Jesus, Vice-presidente de Gestão Ambiental da ACIC. O debate foi coordenado pelo Eng. Agrim. e Seg. Trab. Paulo Fernando Squizzato, Presidente da ACEAG e coordenador da Câmara de Meio Ambiente do CREA-SC.

Em resumo, a nova lei dará aos Estados o poder de legislar em questões ambientais, evitará punição a derrubadas feitas sob incentivo oficial e consolidará áreas de produção em várzeas e topos de morros. As áreas de reserva legal e de preservação permanente (APP) serão mantidas, mas com regras alteradas para permitir "corredores ecológicos" e exigências de mata ciliar segundo a largura dos rios. Haverá moratória de cinco anos ao desmatamento na Amazônia, Caatinga e Pantanal. Na Mata Atlântica, será proibido desmatar.

Na opinião do Eng. Agr. Raul Zucatto, Presidente do CREA-SC, o debate foi uma oportunidade para esclarecer profissionais e comunidade sobre as principais mudanças proposto pelo Projeto Lei do Código Ambiental Brasileiro em relação a legislação vigente que é o Código Florestal Nacional, de 1967, algumas inclusive, já inseridas no Código Ambiental de Santa Catarina, aprovado em 2009.

Zucatto afirmou que é favorável à mudança na legislação para exigências que sejam de fato cumpridas e factíveis com a realidade do país, mas alerta que sobretudo deve imperar o saber científico. "Precisamos valorizar o conhecimento técnico e científico dos nossos profissionais assim como propõem o Código Ambiental Catarinense: limites mínimos diferenciados de APPs para pequenas, médias e grandes propriedades e inclusão de parecer técnico emitido por profissional habilitado, com mais áreas de preservação permanente em áreas de risco", explicou. Para o presidente do CREA-Sc, o debate e as mudanças na legislação devem ser norteadas com foco na sustentabilidade ambiental.

O deputado Valdir Colatto explicou que a principal proposta é transferir a responsabilidade das normas específicas da legislação para os estados e municípios, deixando as normas gerais com a União. "Temos que fazer com que as diferenças do Brasil possam ser levantadas tecnicamente de acordo com suas características e peculiaridades e reconhecidas na legislação ambiental." Para ele, as reservas legais também devem ser de responsabilidade dos estados. "Se cada Unidade da Federação tem que reservar 20% (no Sul), 35% (Sudeste) ou 80% (na Amazônia), segundo a atual legislação, a responsabilidade deve ser da sociedade e não individualmente de cada propriedade."

Um das questões polêmicas são as áreas de preservação permanente (APP's). Colatto disse que as APP's devam ser mantidas, mas nas distancias tecnicamente recomendadas pelos Zoneamentos-Econômico-Ecológico (ZEE). Entre outras propostas,

citou a garantia das áreas consolidadas e a necessidade do pagamento pelo serviço ambiental.

Para o ambientalista Tadeu Santos, uma das principais preocupações tem sido a ausência da divulgação de informações e dados precisos para esclarecer a opinião pública, que representa a população afetada pelos impactos socioambientais causados pelo setor produtivo. No sul do Estado, ele cita a poluição promovida pela atividade carbonífera, desde a extração nas minas de carvão até a queima do combustível fóssil pela Jorge Lacerda, sendo que os maiores prejudicados são os pescadores e os agricultores.

Tadeu defendeu a agricultura familiar e as políticas públicas adequadas ao coletivo e criticou o agronegócio, setor que exerce pressão política para mudar o atual Código Florestal Nacional e atende os interesses do capital na corrida pelo lucro. "É no agronegócio que o uso do agrotóxicos e dos transgênicos são estimulados e que o desmatamento é executado. Enfim, é no agronegócio que o meio ambiente é ferozmente agredido porque o proprietário não está lá na lavoura, diferentemente da agricultura familiar executada pelo próprio colono." O ambientalista concorda com alterações desde que sejam debatidas com a população para adaptá-las às necessidades, sem comprometer a integridade das matas ciliares e das reservas legais (APPs), tanto na área rural quanto na urbana.